

EDITORIAL

Caros leitores da RACE, é com satisfação que apresentamos o Editorial da edição v. 19, n. 2, de 2020. A Revista de Administração, Contabilidade e Economia (RACE) é uma publicação eletrônica quadrimestral (nesta edição maio a agosto) sob responsabilidade de professores que integram o Mestrado Profissional em Administração e o Curso de Doutorado em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Nesta edição apresentamos oito artigos originais teórico-empíricos que contribuem para o desenvolvimento da literatura nos respectivos temas.

No primeiro artigo, *Influence of ownership structure and family management on the debt financing cost of brazilian publicly traded companies*, os autores Geovanne Dias de Moura, Jovani Lanzarin, Sady Mazzioni, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo e Ilse Maria Beuren buscaram analisar a influência da estrutura de propriedade e da gestão familiar no custo do financiamento da dívida de companhias abertas listadas na B3. Metodologicamente, realizaram uma pesquisa quantitativa e descritiva, em uma amostra de 211 companhias abertas em 2012, 214 em 2013, 225 em 2014, 220 em 2015 e 223 em 2016. Os resultados mostraram que as empresas com estrutura acionária e gestão familiar desfrutam de maior alinhamento de interesses entre o controlador e o gestor, de acordo com a perspectiva principal-agente da Teoria da Agência. Esse estudo contribui para fortalecer a compreensão do tema no cenário brasileiro e expande a discussão existente na literatura, abordando um fator que influencia o custo da dívida e que ainda é pouco explorado no Brasil.

No artigo *Factors determining the forecast errors of market analysts for fiscal variables in Brazil*, os autores Francisca Aparecida de Souza, César Augusto Tibúrcio Silva e Karla Roberta Castro Pinheiro Alves investigaram os fatores determinantes dos erros de previsão dos analistas de mercado para variáveis fiscais brasileiras. Os dados coletados são referentes à arrecadação, receita líquida e despesa total, no período de 2015 a 2018. Os resultados mostraram que a temporalidade é um fator determinante do erro de previsão dos analistas de mercado para variáveis fiscais. Este estudo contribui para a discussão sobre erro de previsão nas áreas de Gestão Financeira Pública e Contabilidade Pública.

No terceiro artigo, *Gerenciamento de resultados e republicação de demonstrações contábeis em empresas listadas na B3*, os autores Márcia Martins Mendes De Luca, Ana Olívia Batista Viana, Karen Davila Freitas de Sousa, Danival Sousa Cavalcante e Vanessa Ingrid da Costa Cardoso investigaram as relações entre o gerenciamento de resultados e a republicação das demonstrações contábeis nas companhias listadas na B3 - Brasil,

Bolsa, Balcão. A amostra incluiu 154 empresas e 201 casos de republicação de demonstrações contábeis, no período de 2011 a 2017. Os resultados evidenciaram uma relação entre a republicação de demonstrações contábeis e a prática de gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários. Mostraram, ainda, uma elevada proporção de republicações voluntárias, sugerindo que as empresas são propícias a adotarem esse procedimento com a finalidade de prover para os usuários uma maior qualidade das informações contábeis.

Os autores João Paulo Machado Ribeiro, Álvaro José Ribeiro Caldas, Ariane Firmeza Mota e Edilson Paulo, no artigo *Essencialidade do valor justo na avaliação das propriedades para investimento: Evidências no Brasil*, analisaram a essencialidade do valor justo na perspectiva das Propriedades para Investimento (PPIs), verificando como e se as empresas listadas no mercado brasileiro avaliam tais ativos, bem como a relação com aspectos empresariais e com os níveis de hierarquia do valor justo. Metodologicamente, analisaram as demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas listadas na B3 que possuíam PPIs, entre 2013 e 2017 e observaram um comportamento mais conservador na escolha do método de avaliação de suas PPIs. Este estudo vem contribuir para a discussão sobre a relevância do critério de avaliação a valor justo para as empresas.

No quinto artigo *Dinâmicas orçamentárias dos governos locais paranaenses: Seguindo o incrementalismo ou equilíbrio pontuado?*, os autores Cristiane Aparecida da Silva, Ricardo Suave, Fabiano Aparecido da Silva e Fabricia Silva da Rosa analisaram se o processo orçamentário dos governos locais paranaenses segue os padrões de mudança incremental nas dotações orçamentárias ou ocorrência de pontuações orçamentárias. Foi usada uma abordagem qualitativa, com uma amostra de 39 governos locais paranaenses, e dados do período de 2014 a 2017. Os autores verificaram que a variação percentual nos dados de apropriação do orçamento é distribuída de forma não linear, sugerindo a ocorrência de um padrão de equilíbrio pontuado e também a ocorrência de pontuações simultâneas nas alocações orçamentárias entre os setores das políticas públicas.

No artigo *Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas de tecnologia da informação da B3*, Daiany Souza, Ernando Fagundes, Januário José Monteiro, Rodrigo Rengel e Fabricio Constante analisaram o nível de evidenciação dos ativos intangíveis no setor de tecnologia da informação listadas na B3, no período entre 2010 e 2017. Os resultados mostraram que a Empresa Senior Solution S.A. apresentou o maior nível de evidenciação. No entanto, nenhuma das empresas analisadas cumpriu totalmente o que é determinado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 04 (CPC, 2010). O item de divulgação menos observado pelas empresas foi a evidenciação da rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização tenha sido incluída. O nível de evidenciação apresentado pelas empresas foi em média de 81,72%, considerando o total de itens ao longo do período analisado. Esse estudo tem uma contribuição gerencial, ao apresentar aspectos da evidenciação dos ativos intangíveis que não têm sido atendidos pelas empresas, permitindo que estas atuem